

C.M.D.C.A. - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº. 001/2009

CONVOCA ELEIÇÃO E ABRE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO DOS CANDIDATOS QUE CONCORRERÃO ÀS ELEIÇÕES DOS CONSELHEIROS TUTELARES GESTÃO 2010\2012.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Cajati, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com fundamento na Lei Municipal nr. 963/2009 de 01 de Julho de 2009 estão abertas às inscrições para seleção dos candidatos que concorrerão às eleições para Conselheiros Tutelares.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, inclusive seleção prévia e eleição, a Comissão Eleitoral compostas por membros do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente constituída pela Resolução Nº. 001/2009.

A participação no processo de seleção prévia está condicionada à comprovação, pelo candidato, dos requisitos constantes deste edital.

Este edital será publicado e estará disponível no site da Prefeitura Municipal de Cajati e afixado no quadro de editais.

II - DAS INSCRIÇÕES

O pedido de inscrição deverá ser realizado no rol do Departamento Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social da Prefeitura Municipal, situada a Av. Fernando Costa, 767 - Centro, do dia 13 a 27 de Outubro de 2009, no horário das 13h30m às 17h30m.

C.M.D.C.A. - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

III - DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

- a) Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- b) Residente no município de Cajati, há mais de dois anos;
- c) Reconhecimento de idoneidade moral, comprovada através de atestado de antecedentes criminais fornecidos pela Polícia Civil do Estado e pelo Poder Judiciário.
- d) Experiência na área de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente, de no mínimo 06 (seis) meses;
- e) Não ter sido condenado(a) por crime doloso com decisão transitada em julgado e por atos de improbabilidade administrativa;
- f) Ter concluído o 2º. Grau
- g) Submeter-se á prova escrita na data abaixo agendada;
- h) Ser aprovado com média 5,0 (cinco inteiros) em prova escrita sobre conhecimentos dos direitos da criança e do adolescente, como complementação aos pré-requisitos necessários ao processo de escolha.

IV - ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA.

- a) A prova escrita será realizada no dia **14 de novembro de 2009 das 09 às 12h** na Escola Municipal Profª. Maria Conceição Rodrigues de Alcântara, situada na Rua Iguape, nr. 512 - Bairro Vila Vitória, neste Município.
- b) A bibliografia para a prova escrita será Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- c) O candidato deverá comparecer ao local 15 (quinze) minutos antes do início da prova, portando documento de identidade e comprovante de inscrição;
- d) Não haverá tolerância de horário.
- e) O candidato deverá comparecer munido de lápis, borracha e caneta esferográfica azul.
- f) O candidato inscrito que obtiver aproveitamento de 50% (cinquenta por cento) na prova escrita será considerado apto a concorrer ao pleito eleitoral.
- g) A relação dos candidatos que obtiverem aproveitamento exigido na prova escrita será afixada no quadro de aviso da Prefeitura Municipal de Cajati, e na sede do Conselho Tutelar.

C.M.D.C.A. - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

V - DO PEDIDO DE INSCRIÇÃO

O pedido de inscrição constará do preenchimento de formulário próprio fornecido aos interessados no ato da inscrição.

No ato da inscrição o candidato deverá entregar:

- a) Fotocópia da cédula de identidade;
- b) Fotocópia do comprovante de domicílio no Município de Cajati há pelo menos dois anos, sendo que essa comprovação dar-se-á através da:
 - 1) Apresentação de documentos (contrato de locação, conta de luz, telefone, entre outras) que atestem residência em nome do interessado; pai, mãe, cônjuge(se possuir); ou
 - 2) Apresentação de declaração de próprio punho do interessado de que reside no Município de Cajati, há pelo menos 02 (dois) anos, sob as penas do Artigo 299 do Código Penal.
- c) Atestado de Antecedentes Criminais e Judiciários.
- d) Certidão de que o interessado está no pleno exercício dos direitos políticos expedidos pelos respectivos Cartórios Eleitorais
- e) Comprovante de experiência de atenção direta à criança e ao adolescente em atividades que contemplem atendimento, proteção, acompanhamento familiar, ações sócio educativas, culturais, esportivas, recreativas, atenção direta com criança e com adolescente na garantia da defesa de seus direitos. A comprovação dar-se-á através da:
 - 1) Apresentação de fotocópias das páginas de identificação e registro da Carteira de Trabalho, no caso do regime de celetista; ou
 - 2) Apresentação da fotocópia do(s) decretos(s) ou da(s) Portaria(s) de nomeação acompanhada de: último holerite ou do ato de exoneração, ou certidão do tempo de serviço, contendo principalmente o cargo\função e o tempo de serviço prestado no referido cargo\função, no caso de regime de trabalho estatutário; ou
 - 3) Apresentação de fotocópia de alvará de profissional autônomo devidamente atualizado acompanhada de relatório das atividades desenvolvidas na área da criança e do adolescente; ou
 - 4) Apresentação de declaração de experiência expedida pelo empregador com reconhecimento de firma, contendo a função que desempenhou, a data do início e data de saída, se for o caso, acompanhado de relatório das atividades desenvolvidas na área

C.M.D.C.A. - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

da criança e do adolescente no período e fotocópia do alvará de profissional autônomo; ou

- 5) Apresentação do termo de trabalho voluntário ou declaração de experiência, ambos expedidos pela instituição em papel timbrado, assinado por no mínimo 02 (dois) representantes da diretoria e 02 (duas) testemunhas, com reconhecimento de firma, contendo a função que desempenhou, a data de início e data de saída acompanhada de relatório com fotos das atividades desenvolvidas na área da criança e do adolescente no período, também com assinatura do responsável pela instituição, ou
- f) O protocolo do pedido de inscrição implica por parte do candidato no conhecimento e aceitação de todos os termos fixados no presente edital e em prévia aceitação de cumprimento do que estabelece a Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1.990 e Lei Municipal nr. 963\2009 de 01 de julho de 2.009.
- g) O pedido de inscrição que não atender às exigências deste Edital será cancelado, bem como anulados todos os atos decorrentes.
- h) Não será aceito pedido de inscrição encaminhado em desacordo com os prazos e condições previstos neste Edital, não sendo permitido pedido de inscrição que não estiver devidamente preenchido ou que apresente rasura ou emenda.
- i) Será permitida inscrição por procuração com firma reconhecida desde que apresentada o respectivo mandato, acompanhado de identidade do procurador maior de idade (21 anos).
- j) A comprovação da reconhecida idoneidade moral do interessado, prevista na letra “c” da Cláusula III, sendo vedada habilitação como candidato de interessado que possua certidão positiva cível e criminal, que contenha medida judicial incompatível com o exercício da função de Conselheiro Tutelar.
- k) Fica impedido de participar do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares o interessado que, na atual gestão do Conselho Tutelar, esteja exercendo o segundo mandato consecutivo, conforme vedação expressa no artigo 132 da Lei Federal Nº. 8.069 de 13 de Julho de 1.990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- l) O candidato deverá submeter-se a prova escrita como pré-requisito necessário para concorrer ao pleito eleitoral.
- m) São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira que vivam em união estável, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padraastro ou madastra e enteado.

C.M.D.C.A. - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

VI - DA PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

- a) Transcorrido o prazo de inscrição a “**Comissão Eleitoral**” no prazo de 03 (três) dias analisará toda a documentação apresentada pelos candidatos e publicando lista de aptos e lista de não aptos, bem como afixando em mural reservado na Prefeitura Municipal de Cajati.
- b) Os candidatos que tiveram suas candidaturas rejeitadas poderão entrar com recurso, no prazo de 02 (dois) dias após a publicação da lista de aptos e não aptos, encaminhando petição à Comissão Eleitoral fundamentando os motivos do recurso, porém, não será aceito documentação não entregues no ato da inscrição.
- c) Os recursos deferidos e não deferidos serão publicados e afixados no mural da Prefeitura Municipal de Cajati, no prazo de 03 (três) dias após a data da publicação da lista de aptos e não aptos.

VII - DA ELEIÇÃO

- a) Os candidatos aptos a concorrerem à vaga de Conselheiro Tutelar ficam convocados para a prova que se realizará no dia **14 de Novembro de 2.009 às 9h** na E.M. Prof^a. Maria da Conceição Rodrigues de Alcântara.
- b) Os candidatos aptos a concorrerem à vaga de Conselheiro Tutelar disputarão a eleição através do sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos membros da comunidade local com domicílio comprovado no Município de Cajati.
- c) Os regulamentos da eleição serão apresentados aos candidatos aptos a concorrerem ao pleito que os receberão impressos, na data da reunião do dia **20 de Novembro de 2.009**, seguindo a lei eleitoral vigente, bem como a Lei Municipal nr. 963/09 de 01 de Julho de 2.009.
- d) O processo para escolha, através da eleição, dos Conselheiros Tutelares será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público (Art. 139, Estatuto do Direito da Criança e do Adolescente).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


- a) Os recursos constantes neste edital e apresentados sem a devida fundamentação serão liminarmente rejeitados;

C.M.D.C.A. - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- b) Os recursos apresentados fora do prazo estabelecido no presente edital, serão liminarmente rejeitados;
- c) Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo de seleção, poderão a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade de seu teor por parte da Comissão Eleitoral, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independente da fase que se encontre, sendo passível de encaminhamento aos órgãos competentes para tomarem as devidas ações penais.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em conjunto com o Ministério Público.

Cajati, 02 de outubro de 2.009


FLÁVIA PEDROSO DE JESUS
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente de Cajati